

LEITURAS DE UMA CERTA LOUCURA: A ESCRITURA ENTRE O SINTOMA E A RECRIAÇÃO DE SI*

Yonissa Marmitt Wadi**

Resumo

Em 1909, a camponesa chamada Pierina – 28 anos, branca, casada, filha de imigrantes, habitante de uma antiga colônia italiana do Rio Grande do Sul – foi internada no Hospício São Pedro, de Porto Alegre, sob a suspeita de sofrer das “faculdades mentais”, após ser indiciada em processo criminal por ter afogado sua filha pequena. Lá estando, escreveu algumas cartas nas quais quis contar aos “doutos” e mesmo ao “povo”, tudo o que tinha passado em “sua triste vida”, e nesse sentido, mobilizou crenças, sentimentos e sensações diversas. Este texto apresenta uma reflexão sobre as diferentes possibilidades de apreensão de uma “escritura” a partir do contraste entre duas leituras de tais cartas: as cartas como um *locus* privilegiado para uma percepção clara dos “sintomas” de uma certa doença mental ou como um lugar de rememoração catártica e recriação de si.

Palavras-chave

Mulher; crime; loucura; psiquiatria, escrita de si.

Abstract

In 1909, a peasant called Pierina – 28 years old, white, married, daughter of immigrants, resident in an old Italian colony in the state of Rio Grande do Sul – was sent to São Pedro asylum in the city of Porto Alegre. She was suspected of suffering from “mental faculties” after being accused in a criminal proceeding due to having drowned her little daughter. In the letters she wrote to ‘doctors’ and ‘people’ she recalls beliefs, feelings and different sensations she experienced in ‘her sad existence’. This text presents a reflection on the different possibilities of understanding a piece of writing. In this respect, this study contrasts two readings of her letters: the letters can be read either as a privileged locus for a clear perception of the “symptoms” of a mental illness, or as a personal narrative of cathartic remembering and self re-creation.

Key-words

Woman; crime; madness; psychiatry; self-writing.

No dia 26 de abril de 1909, no que foi provavelmente uma fria manhã de outono na Serra gaúcha, ocorreu um episódio que, além das marcas “fixadas” na vida da mulher que o deflagrou, fez com que sua história encontrasse os marcos institucionais da memória, transformando-se anos depois em fontes históricas. Naquela distante segunda-feira, uma mulher chamada Pierina Cechini¹ – 28 anos, branca, casada, filha de imigrantes italianos, habitante do distrito Estrada Geral, do pequeno município de Garibaldi (antiga Colônia Conde D’Eu), interior do Rio Grande do Sul – realizou o que vinha há alguns meses ora prometendo, ora ameaçando desesperadamente: matou sua filha Elvira Maria, de quase dois anos de idade.

A partir desse ato extremado – linha de fuga mortal –, um arquivo da vida de Pierina foi produzido. A constituição desse “arquivo” foi induzida, em primeiro lugar, pelo “destino social” reservado àqueles que rompem com regras sociais – e morais – como “não matará”, ou seja, a prisão, o inquérito, o processo penal e, ainda – no caso daquela mulher –, a perícia médico-legal e a internação no hospício. Emergiram desta caminhada o Processo-Crime n. 1009² e o Prontuário Psiquiátrico n. 38120³, documentos produzidos pelos saberes institucionais, como o direito e a psiquiatria. Uma outra parte do que constitui o arquivo da vida de Pierina emergiu também no correr do cumprimento deste “destino social”: cartas por ela escritas quando internada no Hospício São Pedro em Porto Alegre e anexadas ao seu prontuário. Pierina “arquivou sua vida” nas cartas que escreveu – ao que parece ora espontaneamente, ora a pedido dos médicos – para o Juiz do Crime de Garibaldi, para sua mãe Maria, para uma enfermeira da Santa Casa de Misericórdia e para os “doutores”.⁴ Nas cartas, Pierina omitiu qualquer referência direta ao acontecimento trágico que precipitou sua escritura, ou seja, o crime e os detalhes de como o cometera, tudo já intensamente narrado ao delegado, ao promotor, ao juiz... – entre outros atores dessa trama – como registram os documentos construídos pelos saberes. Suponho que no contexto em que foram escritas as cartas – ou seja, internada em um hospício para averiguação de sua “sanidade mental” após matar a filha – interessava a Pierina explicar aos “doutos” as motivações do seu crime, o que tentou fazer narrando “(...) *todo o que t[inha] pasado neste triste mundo (...)*”, principalmente a partir de seu casamento, marco do início de sua infelicidade.⁵

Segundo Philippe Artières, a prática de “arquivar a vida” obedece tanto a uma injunção social – no caso de Pierina, o incentivo dos médicos para que ela escrevesse sobre sua vida, pondo “*o preto no branco, sem mentir, sem pular páginas nem deixar lacunas*” –, quanto a uma intenção autobiográfica, e neste caso, faz-se um acordo com a realidade, manipula-se a existência, escolhem-se alguns acontecimentos e se os ordena numa narrativa. Para o autor, “*arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem*

*social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência”.*⁶ Mas esta não é, sem dúvida, uma prática neutra,

*(...) é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo.*⁷

Rememorações com teor autobiográfico – como as cartas de Pierina – vindas de um destes estranhos personagens chamados “loucos”, que, aprisionados pelo saber/poder psiquiátrico, raramente puderam dizer de si mesmos e foram ouvidos, são testemunhos raros e preciosos que o historiador transforma em documentos. Nesse sentido, tanto quanto iluminam, abrindo novas possibilidades ao conhecimento histórico, quanto suscitam ansiedade e medo, pois como com a razão interpretar a escritura – em geral híbrida, resistente – de alguém cujos comportamentos, gestos, falas... parecem negar uma certa razão? No entanto, a possibilidade germinal de, ao resgatar “questões de vida”, contribuir para alcançar os “problemas de vida” dos tidos como loucos,⁸ faz com que este texto proponha uma reflexão sobre as diferentes possibilidades de apreensão da escritura que contribuiu para arquivar aquela vida, transformando-a em monumento histórico.⁹ Tal reflexão se norteia pelo contraste entre duas leituras das narrativas de Pierina.¹⁰

A primeira dessas leituras retrata o “possível” olhar que alienistas e peritos médicos lançaram sobre as cartas de Pierina: eram elas um *locus* privilegiado para a percepção dos “sintomas” de uma dada doença mental, posto que traziam nelas sinais desta. A condição de possibilidade desse tipo de leitura ter sido de fato feita é atestada por práticas usuais, no interior dos hospícios, de reter a correspondência dos internos como parte do “fato patológico”. Nessa direção, os psiquiatras podem tê-las lido também como textos melodramáticos criados para convencer outrem.

Por outro lado, as cartas de Pierina – um arquivo da própria vida – permitem antever a escrita como um lugar de rememoração catártica e recriação de si, onde quem escreve mobiliza sentimentos, comportamentos, crenças, sensações diversas..., provocando um “processo notável de subjetivação”.¹¹ Essa leitura, a de uma historiadora interessada em compreender as possíveis maneiras de ser de uma mulher situada num certo tempo e lugar – que vivenciou um processo e um espaço singular como o da loucura – é também condição de possibilidade, não para o aprisionamento “daquelas cartas ou daquela vida” por outro saber, o da interpretação histórica – na trilha da leitura médica –, mas para “abrir

caminhos novos”¹² no conhecimento das sociedades humanas. Nesse sentido, esta segunda leitura, posto que é também escritura, é espaço de cruzamento de subjetividades – “refúgios do eu”¹³ – de quem escreve e de quem lê.

Leituras do saber

O Regulamento do Hospício São Pedro que vigorava na época em que Pierina por lá passou, deixava bem claro que “Nenhum escripto poder[ia] ser recebido ou enviado pelos enfermos sem prévia auctorisação dos médicos”.¹⁴ Essa prescrição, vigente em praticamente todos os grandes hospitais psiquiátricos brasileiros e estrangeiros, justificava-se plenamente no plano teórico do saber psiquiátrico. Na escrita dos tidos como “loucos”, os alienistas acreditavam poder perceber com mais clareza os sintomas da “doença” que os acometera. As histórias de algumas pessoas que foram submetidas a exames clínicos e periciais, narradas por Magali Engel, revelam segundo a autora,

*(...) a importância atribuída aos escritos dos observados pelos psiquiatras. Assim, cartas pessoais, diários íntimos e, até mesmo, opúsculos, panfletos, livros, publicados ou inéditos, eram vistos pelos médicos psiquiatras e legistas como verdadeiros mapas da mina, cuja decifração viabilizaria a elaboração de diagnósticos seguros.*¹⁵

O exame atento de “quaisquer documentos procedentes da pena do alienado”, era obrigação de todo médico que tivesse sob sua “observação e cuidado” um deles, recomendava o Dr. A. F. Santos já em 1875. Para ele,

A análise destes escritos deveria pautar-se não apenas sobre o seu conteúdo, mas também sobre o seu aspecto gráfico: “O traçado das letras, a direção e intervalo das linhas, a construção das frases, a integridade das palavras e a sua ortografia, a pontuação e mesmo o estado do papel, deverão ser atentamente examinados pelo médico-legista”.

Em teses como a do referido doutor, os principais indícios que evidenciariam uma provável “desordem das faculdades mentais” e o “delírio” dos autores, seriam “o erro e a confusão (...) expressos tanto na forma quanto na substância da palavra escrita”. Por tudo isso, “os manuscritos dos alienados deveriam ser confrontados com suas palavras, pois, freqüentemente, observa[ria]-se um antagonismo entre eles, facilitando a definição de certos diagnósticos”. Mas não eram somente as “combinações cacográficas” dos alienados que deveriam ser observados, era necessário também observar seus “desenhos e pinturas”, recomendava ainda o Dr. Santos.¹⁶

Outrossim, também Maria Clementina Pereira Cunha refere que, juntamente com outras atividades que faziam parte da chamada “terapêutica moral” – a música, sessões de cinema, a leitura de livros ou jornais –, a correspondência dos internos no hospício do Juquery em São Paulo, nos anos 30 do século passado, era submetida à censura, sendo que a maior parte acabava por parar nos prontuários.¹⁷ Isso era especialmente verdadeiro se tal correspondência contivesse queixas sobre as condições em que viviam os alienados no hospício. Sendo assim, as cartas passavam a ser mais um “documento” médico, pois eram “anexadas aos prontuários dos internos como uma confirmação de seu estado mórbido e da necessidade de sua internação”.¹⁸ Essa foi, certamente, uma das primeiras leituras feitas sobre os “escritos” de Pierina, como se pode observar a seguir.

Alguns sinais tênues sugerem que a primeira carta escrita por Pierina, e retida no seu prontuário, foi dirigida ao “Juiz Distrital de Garibaldi”, responsável por seu processo. Apesar de não estar datada, referências a acontecimentos – tais como as visitas do “*dottor*” ou a lembrança do dia em que foi avisada de que seria transferida para o hospício – ligados à sua breve estada na Santa Casa de Misericórdia, para onde seguiu ao chegar a Porto Alegre por estar acometida de “cataporas”, seguida do relato de sua passagem pela Chefatura de Polícia ou ainda a descrição de sua chegada ao São Pedro, indicam que tal carta tenha sido escrita ainda no calor de sua recente internação no hospício. Nesta carta, Pierina rememora sua entrada no “palácio de guardar doidos”¹⁹, deixando claro que para lá seguiu após muita resistência e ao ser enganada pelo Chefe de Polícia, que prometera enviá-la da Chefatura para uma cadeia “lá no Partenão”,²⁰ um arrabalde da capital onde estava localizado o hospício. Sua insistência em não ser levada para o hospício dizendo não ser louca, suas acusações ao Chefe de Polícia – “*o desgrasado chefe (...) o mas loco de todos os locos*” que deveria ocupar seu lugar no hospício –, as súplicas ao Juiz para que a colocasse na cadeia, que era o lugar de uma “criminosa”, tirasse-a do “*inferno*”, lugar onde “*secome peior dos cachorros*”, onde “*não se pode dormir pelos critos que os locos e as locas fazem*”,²¹ sem dúvida, “saltaram aos olhos” dos “doutores” como “provas circunstanciais” de sua loucura.

Certamente, também foram vistos como indícios de um certo quadro doentio, o “*desejo*” – manifesto nas cartas que vieram depois, escritas para a mãe e para os próprios “doutores” – de “*não voltar mais*” para Garibaldi, para “*as famílias*”, de não “*mais passar nem um dia de vida [com a] família*” e a narrativa de “*todo ho que t[inha] pasado neste triste mundo*”,²² na qual evidenciava dificuldades de toda sorte. Neste sentido, Pierina rememorou nas cartas as imensas dificuldades econômicas que cercaram sua vida e a de seus familiares. Realidade conhecida da comunidade de imigrantes italianos e seus descendentes, que se fixaram na Serra Gaúcha desde meados do século XIX – assumindo por vezes

um aspecto idílico na narrativa de alguns cronistas –, a pobreza, sem dinheiro para comprar “*todo o que (...) farta*”, adquiriu nas palavras de Pierina outro tom: foi um dos grandes responsáveis por seu sofrimento e sua perturbação.²³

Em sua carta endereçada aos “doutores” do Hospício São Pedro, quando relatou que até a idade de 24 anos passou uma “*vida regular trabalhando dia e noite para poder viver de dia na roça de noite trabalhava [fazendo] transa de chapéus*”, evidenciou as dificuldades de sobrevivência das comunidades encravadas nos lugarejos distantes do interior sui-riograndense. Os imigrantes e seus descendentes, dedicados a uma agricultura de subsistência, condicionados ao resultado de uma safra nem sempre boa ou ao problema do escoamento da produção por caminhos precários quando a colheita era abundante, tinham em atividades como o artesanato em palha de trigo ou o trabalho como jornaleiros na construção de estradas, uma das alternativas de sobrevivência. Ainda que “os gastos com a alimentação fossem reduzidos sensivelmente com a produção doméstica e com as trocas que elas possibilitavam, fazia-se necessário um regime de contenção do supérfluo” e, nesse sentido, as artes das mulheres no artesanato, com a agulha, com a tesoura, com fios, papéis, tecidos... confeccionando peças de vestuário, de cama e mesa, para uso pessoal ou para vender, auxiliavam tremendamente na organização do problemático orçamento familiar.²⁴ Porém, nem mesmo essas alternativas bastavam nas épocas de maior crise.

As “crises de subsistência” tinham motivos vários, como as intempéries – chuvaradas que causavam enchentes ou secas prolongadas – ou a infestação de pragas – como as de gafanhotos – que acabavam com as colheitas. Em 1905, por exemplo, ano do casamento de Pierina – quando ela tinha cerca de 25 anos – houve na ex-colônia Alfredo Chaves uma grande infestação de gafanhotos. Francisco Marson, nascido em Treviso, na Itália, e chegado ao Brasil em 1893, declarou ter sido aquele o “o ano da miséria, o ano em que passamos fome. Nada do que fora cultivado sobrou. Tudo foi arrasado. Os gafanhotos invadiam as plantações, em nuvens, que chegavam a esconder o sol. Não atacavam apenas as plantações, mas a vegetação em geral”.²⁵ O também imigrante Sigismundo Oltramari declarou: “Nunca experimentei tanta miséria como nessa época. Nem mais o aipim conseguia superar a ação dos gafanhotos. Tudo secava”.²⁶

Da mesma forma, a infertilidade da terra – causada pelo uso ininterrupto, pela ausência de técnicas apropriadas de desmatamento e cultivo – contribuía para o agravamento das “crises de subsistência”. Se acreditarmos no que escreveu Pierina, essa era a situação vivida por sua família em 1909, pois – após “*34 anos que se trabalhava*” – o pedaço de lote que possuíam era já uma “*terra velha*” e que “*não da[va] mais nada agora*”. O parcelamento constante de lotes pequenos por questões de herança foi outro motivo a contribuir para aumentar as dificuldades econômicas de famílias – como a de Pierina – já imersas em

situação de pobreza desde sua saída da Itália em busca do Eldorado em terras brasileiras. No caso específico da família Cechini, que em 1908 possuía apenas $\frac{1}{4}$ de terra – cerca de 6,25 hectares –, dividi-la entre os herdeiros (ou seja, os filhos “varões”) mesmo que fossem poucos, agravava a situação de penúria.²⁷ Para as mulheres – como Pierina e suas três irmãs mais velhas –, excluídas da divisão da terra e a quem cabia apenas “um dote em dinheiro e objetos – o enxoval – que não tinha nenhuma relação proporcional com o valor da parte que, legalmente, lhes corresponderia”, a situação era mais complicada.²⁸ Em sua carta aos “*dottores*” Pierina – referindo-se às motivações que a levaram ao ato criminoso –, refletiu sobre o que possivelmente aconteceria com ela depois da morte de seus pais, o que parece confirmar a tradição da exclusão das mulheres de qualquer herança: “(...) *eu tinha de ir com toda a minha trosa a pedir esmola (...), eu lhe garanto que isto depois da morte dos meus paes, isto tudo ma acontesia, porque, eu não tenho nem terra, nem casa, nem nada (...)*”.²⁹

Parece ter sido, em princípio, tal realidade ou as interpretações que construiu dela, o que motivou o funesto pensamento de Pierina numa segunda-feira, princípio do mês de agosto de 1908. Enquanto lavava a roupa de seu marido (o lenço de seda rasgado, a camisa e a calça, também rasgados) e o resto da roupa (da menina, a dela e a de toda a família) que estava em péssimas condições, descreveu em sua carta, ter sido tomada por um pensamento: “(...) *me veio, este pençamento, não temos nada pra vestir e nada pra comer, somos todo treis sem ropa, estes dozentos mil reis que temos, comprando, todo o que nos farta não sega nois temos de morer de fome, por que semos muito pobre (...)*”.³⁰

A partir desse momento, Pierina mergulhou num processo intenso de sofrimento, que num período de aproximadamente nove meses fez gradualmente com que ela atingisse um estado que em nada lembrava as “gordas e coradas imigrantes italianas e suas descendentes” de que nos falam os cronistas da colonização. No decorrer desse processo – narrado em suas cartas –, cujo ápice foi a morte da filha, tentou matar-se diversas vezes, fazendo aflorar a cada momento as motivações para tanto: a da pobreza, como vimos acima, mas também as afetivas, como os “desgostos com o marido” ou com o próprio pai.

O pai de Pierina, Antonio Cechini, é figura central em sua narrativa, nas lembranças que fez de sua vida passada, na qual aparece sempre relacionado e sutilmente indicado como, em parte, responsável pelas dificuldades financeiras e pela situação de extrema pobreza que passou a viver, especialmente depois de seu casamento. Em 1905, quando do “arranjo” de casamento de Pierina com o jovem Giacomo, o pai permitira que os recém-casados morassem em sua casa, rompendo com a tradição local de que as noivas é que passavam a residir na casa dos pais dos noivos. A contrapartida, por parte dos noivos, seria o amparo a Antonio em sua velhice, pois ele já tinha na época cerca de 71 anos. Além dos

cuidados cotidianos que os filhos deveriam dedicar aos seus pais idosos – conforme preceitos morais compartilhados pela comunidade dos imigrantes italianos e seus descendentes brasileiros –,³¹ a contribuição que parece ter sido exigida de Pierina e seu esposo estava diretamente ligada à capacidade geradora de renda que ambos possuíam, pois, como afirmou a narradora em uma de suas cartas, o pai se apropriava de todo o dinheiro ganho pelo novo casal, dando a ele apenas alguns réis por mês. A justificativa usada pelo pai para ficar com todo o dinheiro ganho era a necessidade de comprar comida, escreveu Pierina. Comida? É provável que isso fosse realmente necessário nessa época, pois, como vimos acima, a terra esgotada por motivos vários nem sempre gerava os frutos necessários à sobrevivência de quem dela dependia. Porém, não tenho evidências de que o pai impôs tais regras ao casal e nem que houve passividade na aceitação de sua decisão. O que me parece de fato ter ocorrido foi uma espécie de acordo interessante para ambos: Pierina poderia casar-se com alguém que não cumpria alguns dos requisitos importantes para assumir uma família – como possuir um pedaço de terra ou uma casa para morar com sua esposa³² – e, por outro lado, Antonio Cechini teria quem cuidasse de “*sua velhice*”.³³

Rompendo assim com alguns costumes locais, Pierina casou-se com Giacomo com a “*tenção de compagar o meu marido até ho dia da minha morte*”. Pensava, narrou ela em sua carta aos doutores, em ter uma vida feliz, porém, tornou-se “*a mais infelizes de todos os (...) irmãs*”.³⁴ No princípio da vida de casados, rememorou, o marido começou a trabalhar na roça fazendo os trabalhos mais necessários (como limpar e preparar o solo para o plantio, com a enxada ou com o arado de tração animal), depois foi trabalhar fora para poder pagar dívidas antigas (com moradia) e as que adquirira com o casamento (como o vestido da noiva e as alianças). Trabalhou na estrada de ferro durante dois meses, juntou o dinheiro ganho, voltando então para pagar as dívidas. Repetir-se-ia, a partir de então, a rotina da sobrevivência: o trabalho na roça para garantir parte da subsistência e a volta para o trabalho na estrada de ferro para completá-la. Poupar, para adquirir outros bens que não a comida, era um sonho difícil de realizar, pois Giacomo e Pierina entregavam tudo o que ganhavam para o pai dela, pois este assim o havia estabelecido quando do casamento. Por outro lado, era difícil conseguir com o pai o dinheiro necessário para compras pessoais, como roupas, remédios, etc. Segundo Pierina: “*(...) meu pai, queria assim, quando ia fora, dar todo o dinheiro pra elle, quando estava em casa trabalhar na rosa e eu tambem o poco que ganhava entregar para elle, mas depois para tirar um vintem das mão d'elle, ou pedir, para comprar alguma cousa era precizo chorar, elle respondia que elle tinha de comprar a comida*.”³⁵

Na carta endereçada aos médicos, Pierina contou que a única quantia disposta por Antonio Cechini era “*(...) um mil reis, no Domingo*”, entregue a Giacomo. Essa quantia,

porém, não era suficiente para as despesas já estabelecidas como corriqueiras por seu marido, quanto mais para qualquer despesa extra ou mesmo para as despesas dela. No rol das despesas habituais de seu marido, Pierina destacou, em primeiro lugar, o pagamento da mensalidade de “(...) *Socio da Sociedade Italiana de Moito Socoro, esta sociedade paga um milreis por meis (...)*” e as de manutenção do cavalo que possuía, “*que cada um meis, aveis precisava mandar ferar*”. Também as despesas ligadas à sociabilidade masculina, como o “*visio de pitar*” e de fazer “*um pouco de festa*” foram lembradas por ela. Pierina contou que seu marido Giacomo, nos períodos em que permanecia “*in casa*”, nos intervalos dos trabalhos de construção de estradas, aos “*sabado, ia fazer um pouco de festa ia cortar a barba, vinha bebedos as 11 ou ameia noite*”.³⁶ Prática de sociabilidade comum aos homens que viveram nas colônias de imigração italiana, com significados diversos, que não se podem recuperar totalmente; freqüentar as vendas ou bodegas era, por outro lado, um espaço negado às mulheres. A sociabilidade na bodega construía um espaço e um momento não partilhados, e principalmente um tempo de não produção – ante necessidades prementes –, que, parece, gerou inúmeros conflitos familiares, como indicam as pistas deixadas por Pierina: “*O meu marido, a vida delle era esta, se a sema, era todos dias de festa, elle era capaz, de passar a sema intera nas vendas, e quando vinha, a qual quer horas da noite, bebedos, como, um, porco, elle lansava tudo, e assim, eu ficava muito braba e ralhava com elle, se lhe dizia semos tão pobre, e tu sempre bebedo a eta maneira (...)*”.³⁷

As dificuldades relatadas por Pierina – em relação à pobreza, ao relacionamento com o pai ou ao casamento –, invocadas por ela constantemente como motivadores de sua recusa em viver e da idéia de matar a filha não foram, no entanto, considerados pelos peritos que procederam ao exame médico-legal como motivos suficientes para um abalo moral ou para jogá-la no quadro depressivo em que entrou. Fora, portanto, “*sem motivo suficientemente razoável, que nasceu no cérebro de Pierina, a idéia de matar sua filhinha, que, sem que ela a pudesse dominar, constituiu-se, embora, consciente disso, num pensamento parasitário*”, anotaram os médicos no relatório pericial. A fraqueza de caráter, típica dos degenerados, dos psicopatas constitucionais, percebida em Pierina foi – segundo os peritos – o que de fato permitiu a instalação da “*sua obsessão, ilegítima e fora do natural*”, pois haveria, “*obsessões legítimas e naturais*”.³⁸ Naturalmente, os médicos não se preocuparam em nomear tais “obsessões legítimas”.

Ainda que da história pregressa daquela mulher os peritos soubessem pouco, haviam se esforçado em reunir todos os dados que conseguiram obter através de testemunhos, das cartas escritas por ela ou de suas “palestras” com eles, para construir o perfil “anormal” da denunciada, afirmaram em seu relatório. Tinham tido conhecimento, por exemplo, de que

Pierina “*sempre fo[ra] de caráter um pouco instável*”, instabilidade essa que se revelara “*bastante por ocasião do seu casamento*”, pois “*ora parecia a mais interessada neste, ora considerava-se contrariada, sendo forçada ao matrimônio por seus pais*”. A tais “*vacilações*”, teria ainda vindo somar-se a transformação ocorrida no “*estado mental ordinário*” de Pierina, por ocasião de sua gravidez:

Cechini tornou-se um pouco triste e nervosa, chorando muito. Com a amamentação e com os primeiros trabalhos da maternidade e dificuldades materiais e moraes, que pode ter um casal pobre de colonos, não teve energia moral para se conformar com sua situação e, de atribulações em atribuições, foi se pronunciando o seu estado ou caracter depressivo, desanimando de todo, tornando-se de mau humor, queixosa da sua indigência, rebellada contra o seu marido e o casamento, a quem tudo attribuía, irascível com todos os seus. E, assim raciocinando, chegou a conclusão que não valia a pena viver, nem deixar crescer seu filhinho na mesma infelicidade, para que mais tarde não conhecesse a desgraça e miséria de sua mãe.³⁹

A avaliação da estrutura moral de Pierina indicava claramente, aos olhos dos médicos, um indivíduo de caráter fraco ou pervertido – caráter típico dos degenerados. Utilizando-se da literatura médica, os peritos fizeram um longo arrazoado explicando que uma “*estrutura emocional*” de tal porte teria implicações que cedo ou tarde apareceriam na trajetória de vida de muitos, geralmente com conseqüências nefastas, como no caso de Pierina:

Com toda a fraqueza de vontade correlata a tais idéias depressivas, a maioria desses cérebros abatidos, que acham, no seu pessimismo, penosa e insuportável a vida não se inclinam para o suicídio como remédio a seus males, nem pensam mesmo, nisso (...). Mas, de envolta com tais estados mórbidos depressivos da consciência, amiúde surgem pensamentos parasitas que tendem a se impor ao Eu e que, si não forem repelidos voluntária ou involuntariamente, consciente ou inconscientemente, acabam por criar uma interessante variedade de dissociação psíquica, cujo último termo é o desdobramento consciente da personalidade (Pitres).⁴⁰

Quando Pierina aliou, em suas cartas, às queixas sobre a condição de quase indigência em que se achavam ela e os seus – nomeadas pelos médicos como “*dificuldades materiais que pode ter um casal pobre de colonos*” –, o desagravo de ter um marido bêbado e que gastava o pouco que tinham nas bodegas – queixa interpretada pelos peritos como “*rebelia contra o marido e o casamento a quem tudo atribuía*” –, ainda a vergonha de ser conhecida como “*a louca*” e ver sua filha crescer como “*a filha da louca*” – estigma constituído a partir do momento em que seu sofrimento e sua perturbação tomaram ares de “*coisa pública*” –, os médicos puderam invocar a mística de um amor materno inato à natureza feminina para comprovar o caráter distorcido de Pierina.

*Vinha, muitas, curiosas, me vizitar (...) ellas me diziam, tenho, tanta pena da tua filha, de vella nas mão, da tua vizinha pobre menina, infeliz pra sempre, de ter a mãe loca, ellas pesava que eu não, intendia (...). Senhores Dottores, Eu, tinha mês, esquesido do mas necessário esta noite, escreveu, resto, come ti este crime por amor, da minha filha, o povo dizem, que uma mãe, que mata seus filho, tem, um coração de Tigre, mas, in veis, eu matei porter, um bom coração e por amor da minha filha, e para lhe dar um bom logar no céu creio que ella esta gozando, felisidade, la na gloria, e tão bem foi para me livrar de passar desgostos com o marido.*⁴¹

Segundo os médicos “A idéia duma mãe matar seu próprio filho não pode ser legítima e natural, embora a justifique ou procure justificar ‘pelo desejo de não o ver mais tarde desgraçado’”. A “obsessão” de Pierina estava caracterizada para os médicos, pois haviam averiguado, junto a sua família e a ela mesma, que há muito tempo ela desejava praticar o ato criminoso. Apenas o evitaram, as ações da família, que, de certa forma, relutara contra o estado mental de Pierina. Retirando de seu convívio a filha durante algum tempo, os parentes evitaram, segundo os médicos, a consecução do “ato obsidente”. Porém, a imagem da filha de volta a seu convívio – num momento em que aparentemente estava curada, não desejando mais matá-la –, despertou-lhe novamente “aquele mau pensamento parasitário” de praticar o assassinato.⁴²

Ao pensar que as representações que construíam dos loucos eram imagens “puras, eternas, universais ou simplesmente verdadeiras em si mesmas”, os peritos – *doubles* de alienistas⁴³ – simplesmente reiteraram exatamente o que faz adoecer: “calar a diferença, calcificar o existente, impotencializar a vida, travar a processualidade do ser, breçar a história”.⁴⁴ E, assim, leram nas cartas de Pierina os sintomas de uma doença mental. Segundo os legistas, de acordo com o alienista-chefe do hospício,⁴⁵ a paciente apresentava “uma perversão do instinto materno” peculiar à “degeneração inferior” de que era portadora, além de “estigmas de ordem depressiva”, próprios a uma “psychose hystero-neurasthenica”. Ela era, sem dúvida, portadora de uma “*moral insanity*”, como diziam os ingleses, ou seja, uma “loucura moral”, na tradução dos alienistas tupiniquins.⁴⁶

Esse diagnóstico, segundo os médicos, fora fruto de uma observação demorada, de meses (quase dois anos), confirmando o que já havia sido “adiantado” pelos próprios legistas no primeiro “olhar” lançado a Pierina, quando ela ainda estava internada na Santa Casa e eles realizaram – ao que parece – apenas duas breves visitas, redigindo então um primeiro relatório que justificava a internação da paciente no hospício.⁴⁷ O diagnóstico final fora em grande parte resultado, segundo eles, das “palestras” que tiveram com ela e da “tradução” – da instabilidade de seu psiquismo – nas “cartas” que escreveu.⁴⁸ Cartas essas que os alienistas tiveram – do seu ponto de vista – a “sabedoria” de guardar junto aos documentos oficiais da passagem de Pierina pelo hospício.

Imbuídos ainda dos preceitos e das lições dos mestres, os alienistas e peritos médicos, ou simplesmente os “doutores” como os nomeava Pierina, podem também ter lido seus escritos – o que com certeza serviu para reforçar os sinais já percebidos de uma certa doença – como “textos melodramáticos”, escritos para convencer a eles mesmos, aos “homens do direito”, a família ou até o “povo todo” – se lhes fosse dado conhecer o que escrevera – primeiro, da sua “não loucura”, depois, quiçá, de sua inocência. Mesmo que não tenham sido concebidos com tal por quem escreveu, não parece improvável que tenham sido percebidos dessa forma pelos “homens de saber”.

Ruth Harris, ao analisar uma série de crimes passionais femininos e seus desdobramentos na esfera da justiça e da medicina no final do século XIX, mostra como variadas interpretações da natureza, da sexualidade e da psicologia femininas, por vezes divergentes, eram continuamente mobilizadas – numa relação de troca e manipulação – na interação do “mundo masculino oficial das avaliações psiquiátricas e análises judiciais” com o mundo feminino das “defesas pessoais dramáticas e justas e das racionalizações retrospectivas”. Tais interpretações da “natureza feminina” eram, em geral, coincidentes no que tangia a responsabilidade das mulheres. Assim, legalmente como todos os réus em processo, eram julgadas – por vezes de forma ostensiva – por “um código moral jurídico baseado em noções de livre arbítrio e de responsabilidade moral”. Nesse sentido, mesmo que as mulheres admitissem seus delitos, descrevendo seus preparativos e demonstrando plena consciência da sua situação, os investigadores tendiam a tratá-las como irresponsáveis. Os médicos, especialmente os psiquiatras, “colocavam em ação idéias clínicas de desinibição neurofisiológica e degeneração hereditária” – como vimos ocorrer com Pierina – e, nesse sentido, constantemente enfatizavam a existência de distúrbios histéricos nas mulheres, “associando um quadro de irresponsabilidade a uma descrição mais ampla do ciclo vital biológico feminino”.⁴⁹

Para Harris, ainda que as “imagens de incapacidade feminina” tivessem muita força nas áreas legais e médicas, as mulheres denunciadas “reagiam numa engenhosa combinação de resistência e docilidade”. Se, por um lado, “expressavam um senso altamente refinado de dignidade feminina”, por outro, “se defendiam com um estilo retórico melodramático específico”. Os auto-retratos (orais ou escritos) construídos por essas mulheres – “relatos pessoais do desespero, do ciúme e da raiva vivenciados, a que as acusadas se referiam para justificar o momento de ‘insanidade temporária’ que, segundo elas, causara a violência” –, acredita a autora, “contribuíram crucialmente para as suas absolvições”.⁵⁰

Pierina não foi uma “criminosa passional” – no sentido das mulheres que matavam maridos, amantes ou companheiros –, porém, lançando um olhar sobre seus “escritos”, é possível encontrar vários elementos que podem ter-lhes dado o caráter de “textos melodra-

máticos”, com sentidos próximos aos verificados por Harris e que, assim, possivelmente, foram entendidos pelos médicos. No trecho a seguir destacado, da carta dirigida ao Juiz do Crime de Garibaldi, por exemplo, escreveu:

Senhor Juiz, No dia 5 do corente, mês, as 10 horas, de manha, acabei, há carta que lhe mandei, creio que, o Senhor, tera ja recebido, Eu naquelle dia, estava tão contente, de repente, fiquei, muito triste e estou, ate o dia deoge (...) Eu na Santa Casa, estava, muito bem, era servida como uma senhora, trabalhava o dia intero, eu com os meus trabalhos agradava muito a infermera, que ella me dava até vinho de porto, em todo o tempo que fiquei la não fiz nem uma bobaja, nem uma, depois, do dia, em que affoguei, o meu Anzinho, não foi mas capaz de abbri mia bocca; (...) Terei dejeso no dia 14 de Agosto de reponder o juro em Garibaldi e de voltar na cadeia por todo o resto da minha vida. Muitas lembranças todos aquelles que preguntar de mi. A criminossa Pierina Cechini.⁵¹

Já na carta escrita para os doutores alguns meses depois – uma reconstrução retrospectiva “de tudo o que tinha passado no triste mundo” – Pierina mobilizou mais densamente sentimentos e sensações. Essa intensa mobilização pode, da mesma forma, ter sido lida como uma caracterização escassa ou superficial da vida vivida, carregando um sentido mais forte do que se poderia chamar “melodrama”.

Senhores Dottores, (...) eu estou muito arependida, que quando, penso no meu anzinho, que eu poderia se in casa, com ella, in veis, estou, aqui, no meio de gente que sei quinhe, mas elle na dia de oge, creio que ella e muito mais feliz de que, eu, isto não foi feito por minha vontade porque eu pelo pasado não tinha coragem de matar nem uma galinha, cada pesoa Deus lhe da a sua sorte, elle pramin me deu uma sorte de cachoror, ou mais peor ainda, eu penso que o diabo botou, os sivre, na minha familia, e escangaio-u, a familia, intera, elle queria tomar a minha, alma, elle me fi judiar o meu corpo elle me fiz duvidar, da lei de Deus, depois, que esta, o meu anzinho no céu, não escutei mais os, conselhos do diabo, seja feita avontade de Deus as na terra como, no céu, (...) Eu estou arependida, que prefereria, que Deus, me dese a morte antes de viver sempre appenalizada desta maneira, tem dia que choro muito tem outros que digo seja feita a vontade de Deus, quero rezar muito para ir quando morer junta com o meu anzinho na gloria no céu, Pacedi toda a noite escrevendo, tudo o que iscrevi aqui e todas verdade, como, verdade, que tem o sol e a lua. Os Senhor, intende que, eu não, tenho coragem de dizer que estou, arremdida de, medo de ser abbsolvida, maz estou mil vezes, e também teria muita vergonha de ir aresponder ou juro, mas se for, prezizo, os Senhores, me, avisam, um 15 dias antes, agora não tenho maz nada no coração, Os Senhores me descurpes pellos erros, porque foi escrita, de toda noite. (...) A criminoza appenalizada Pierina Cechini.⁵²

Saber se, de fato, tais palavras contribuíram, e quanto, para um certo destino de Pierina – após ser indiciada em processo-crime e ter passado quase dois anos no hospício – é uma tarefa quase impossível de realizar. De qualquer forma, é bastante provável que a

própria “transição” entrevista em seus escritos – de acusações e confronto claro com os saberes na tentativa de “negar” uma loucura que tentavam impingir-lhe, até a série de pedidos de “desculpas” e “por favores”, as demonstrações de “arrependimento do crime cometido”, ou ainda, sua própria “nomação”, deixando de ser apenas “a criminosa” para se tornar a “apenalizada criminosa” –, de alguma forma, pode ter se somado àquilo que os médicos e agentes da lei já viam nela.

Segundo Harris, “em inúmeros (...) casos, o que *motivava* as mulheres envolvidas coincidia exatamente com visão moral dos juizes e psiquiatras intervenientes”.⁵³ Não é exatamente esse o caso de Pierina, pois tanto os homens do direito, quanto os homens da medicina, não parecem ter aceitado suas justificativas – como ser “muito pobre” ou “não se dar com o marido” – para matar sua filha. Eles buscaram noutros lugares – como na idéia de degeneração – uma explicação para um ato tão condenável nos padrões morais daquele tempo e lugar. Porém, as alegações de Pierina não foram de todo desconsideradas, somente foram mobilizadas em sentido diverso do que lhes pode ter querido dar ela. Os homens sábios, que representavam poderes diversos, imprimiram a tais “escritos” uma forma pela qual puderam dar sentido aos seus próprios “veredictos”, de todo imersos na cultura.⁵⁴

Por outro lado, não é possível esquecer que todos os textos são marcados por uma “retórica própria” e – mesmo tratando-se de um texto de “gente miúda” – por “convenções estilísticas” que lhes imprimem as características culturais comuns a uma dada época e lugar. Assim, onde quis se defender – escapando dos preconceitos e dos estigmas – Pierina talvez tenha reproduzido estereótipos relativos a uma suposta “incapacidade feminina” inscrita no seu próprio corpo, contribuindo para promover uma visão, ainda em construção na época, da mulher como ser potencialmente irresponsável juridicamente.⁵⁵

E foi exatamente um tipo muito peculiar de “irresponsabilidade” – própria às mulheres –, que os médicos reivindicaram para Pierina. “Para fins judiciais”, e já tendo em vista o previsto pelo artigo 27 do Código Penal da República – que, entre outros condicionantes, caracterizava como “não sendo criminosos” aqueles que “no acto de commeter o crime”, se achassem “em estado de completa privação de sentidos e de inteligência”⁵⁶ –, os médicos legistas perceberam em Pierina, desde o primeiro momento em que se debruçaram sobre seu caso, que ela “devia ter sido uma irresponsável, no sentido medico-legal do termo, quando agiu cometendo o crime de que [foi] accusada”.⁵⁷ Essa percepção, certamente, teve uma importância fundamental na trajetória de Pierina após ser enredada nas teias dos poderes...

Por outro lado – e a despeito das possíveis ou prováveis leituras advindas dos saberes –, é bastante visível que Pierina não registrou uma história – a sua história – como uma

escritora o faria, “experimentando a fascinação da imagem”,⁵⁸ fingindo-se outra ou fingindo emoções alheias. Escreveu como escrevente, e neste sentido, seus escritos – especialmente as cartas ao Juiz e aos “doutores” –, sem nenhuma preocupação literária, tinham por certo um claro fim: “testemunhar, explicar, ensinar”.⁵⁹ Ela queria, em primeiro lugar, aos “doutos” “*explicar todo ho que t[inha] pasado neste triste mundo*”, como disse acima. Mas queria também “*que estas cartas, fosse, tudo, num jornal para tudo o povo, saber (...) este tudo que passei na minha vida e o que tenho de passar*”.⁶⁰

Mesmo ambicionando que “todos” soubessem do que se passava consigo – dos sábios ao povo – Pierina talvez tenha acreditado que seus “escritos” estivessem a “*salvo de ambi-güidades*”. Nesse sentido, considerando o que diz Barthes, seu “*projeto de comunicação*” foi totalmente “*ingênuo*”, como o de todo escrevente que acredita ser a explicação contida em seus “escritos”, irreversível ou incontestável.⁶¹ Crença essa paradoxal ao extremo, em se tratando de uma interna num hospício do início do século XX, onde tudo o que era escrito pelos “ditos loucos” podia ser lido – como de fato o foi, no caso de Pierina – como sintoma de uma dada doença.

Leituras de si

Entretanto, para Pierina, o processo de rememoração pela escrita pode ter significado exatamente o inverso da leitura feita pelos médicos: estava falando de sua diferença, de seus sonhos, da potência de sua vida, de suas possibilidades, de seus sofrimentos, da história que desejava para si e não tinha... É esse, em geral, o sentido do trabalho de rememoração. Diz Maluf,

*(...) um ato de intervenção no caos das imagens guardadas (...) também uma tentativa de organizar um tempo sentido e vivido do passado, e finalmente reencontrado através de uma vontade de lembrar – ou de um fragmento que tem a força de iluminar e reunir outros conteúdos conexos, “fingindo” abarcar toda uma vida.*⁶²

Certamente, para Pierina – ainda que não racionalizasse a esse extremo o seu ato de escrever –, colocar no papel, por “vontade própria de lembrar” ou incentivada por outrem, sua história de vida, pode ter proporcionado a “sensação catártica de botar para fora tanta coisa guardada, de exorcizar fantasmas do passado, matando-os de novo bem mortos no papel”.⁶³ Nesse sentido, a “rememoração catártica” adquiriu a função de uma “purgação”,⁶⁴ pois, na mesma medida em que ela pôde expressar nas cartas suas dores, tristezas, desgostos, ou seja, tudo aquilo que identificava como as “causas de sua desgraça”, pôde também

expiar a “culpa” que sentia por ter matado a filha. Além de tais aspectos, seus “escritos” trazem sinais significativos de um alívio – que, a despeito de tudo, conseguiu sentir, especialmente porque o crime cometido acabou por levá-la para longe do que gerava seu sofrimento: o pai, o marido, o trabalho árduo, a vizinhança e seus comentários... Foi assim também que, ao recordar e escrever, Pierina fez uma espécie de “ajuste de contas” com seu passado, constituindo-se, essa *mágica da memória*, numa experiência purificadora, quicá libertadora.⁶⁵ Tudo isso me parece claramente observável nos fragmentos a seguir:

*Senhores Doutores, Eu escrevi esta carta para explicar todo ho que tenho pasado neste triste mundo. Eu até a idade de 24 annos pazei um vida regular trabalhando dia e noite para poder viver, de dia na rosa de noite, trabalhava de transa para chapeos assim, pasava. (...) se case-mos vai fazer 4 annos agora no dia 5 de Agosto (...) eu me casei com esta tenson de compagar, o meu marido ate ho dia da minha morte mas Deus, não qui e ninguem de contentes neste mundo, o prauma cousa ou pra outra todos temos as nosas afflições, eu pençava de ter uma vida muito feliz, in veis, sou a mais in felizes de todos os meu irmães, (...). Eu quando, o Senhor, Juiz, me interogou, lhe disse, matei a minha filha por cher muito pobre, para que elle não foze pedir esmola, e para medar pouco com o marido, e pra ella não me conheser como loca, Quando estava na S. Casa lhe mandei una carta que se eu ir responder ozuro quero ser condenada envida, que pello me crime que tenho come tido e tudo o resto que tenho feito meresaria deser fuzilada, mais para eu sair daquei para ir com a minha gente nem depois de morta, não quero ir nem com o marido nem com os parentes, eu não posso, mais, com binar (...).*⁶⁶

Apesar de tudo que escreveu, sem dúvida, o trabalho de lembrança de Pierina não foi “um afastar-se para reviver o passado tal como ele se deu”, mas sim “uma reconstrução orientada pela vida atual, o lugar social e a imaginação” daquela que se pôs a lembrar.⁶⁷ Ditada por uma necessidade do presente, induzida pela situação vivida no momento em que se pôs a escrever, as lembranças de Pierina – como diz Ecléa Bosi – foram construídas pelos materiais que estavam a sua disposição, no “conjunto de representações” que povoavam sua consciência atual.⁶⁸

Em primeiro lugar, é impossível esquecer que Pierina, quando recordou sua vida, estava internada numa instituição psiquiátrica sofrendo possíveis constrangimentos que, certamente, exerceram papel relevante na forma tomada por seus escritos. As palavras de Pierina só chegaram a mim porque, como ela própria, foram capturadas pelo poder do saber médico, sendo – como vimos acima – anexadas ao seu prontuário e não enviadas a seus destinatários. Ou, como disse Michel Foucault, sobre elas se lançou do exterior “um feixe de luz” que as iluminou. Aquilo que arrancou as cartas de Pierina “da noite em que poderiam para sempre ficar”, foi seu encontro com o poder, pois “sem este choque”, talvez “nenhuma palavra [tivesse] ficado para lembrar o seu fugidio trajecto”.⁶⁹ Como lembra o autor, o poder que vigia, persegue, espia, surpreende, proíbe e pune, é também aquele que

– mesmo que, às vezes, por um só instante – incita, produz, suscita... O poder “não é apenas olho e ouvido; faz agir e falar”.⁷⁰ Assim, é crível que os poderes – especialmente o do saber médico – com os quais se deparou Pierina em sua trajetória pós-crime tenham suscitado “as poucas palavras que dela (...) nos restam”.⁷¹

Para Jean Starobinski, “todo relato autobiográfico é, em última instância, uma auto-interpretação”, o que torna razoável acreditar que também a escritura de Pierina tenha sido marcada pelos “artifícios, as interpretações, os lapsos e os recalques de acontecimentos de toda uma vida sempre tão complexa e cuja totalidade constantemente lhe escapa[va] – tanto mais quando pressionad[a] a dar uma ordem a esses fatos”.⁷² De qualquer modo que seja, pode-se revelar enganoso pensar que as pressões provinham somente da direção dos poderes institucionalizados – especialmente da psiquiatria – pois, podem ter vindo de direções diversas, inclusive dela mesma e, talvez, tenha sido esta uma das razões – senão a principal – que a pôs a escrever.

Na lembrança da vida vivida, puxada “pelos fios da significação” há múltiplas variações, pois as experiências passadas adquirem um significado particular conforme o meio social em que são produzidas. Como as sociedades historicamente constroem, para homens e mulheres, lugares e identidades estruturalmente distintas e desiguais, “os enquadramentos tingem diferentemente tanto a significação conferida quanto a própria reconstituição do passado” feitas por uns ou outros. A categorização dos gêneros é uma construção social que, “ao classificar os indivíduos em homens e mulheres e elaborar as versões do masculino e feminino, destina a eles um lugar na sociedade, procurando aprisioná-los a um modo próprio de ser, de pensar, de agir”. Essa categorização, da mesma forma, colore diferentemente “tanto a significação conferida quanto a própria reconstituição do passado feitas pelas memórias” desses homens e mulheres.⁷³ Nessa direção, percebe-se na escritura de Pierina que a lembrança aparece associada a uma construção de identidade e aos dilemas da subjetividade, entrelaçados aos papéis sociais historicamente determinados para o gênero feminino.

Pierina não mencionou, em seus testemunhos, episódios de sua vida como um todo, não se remeteu à infância, à mocidade... Nas cartas que escreveu ou mesmo nos interrogatórios transcritos em seu processo-crime, foram os eventos que ela identificou como mais diretamente ligados ao acontecido – ou seja, o afogamento de sua filha Elvira em uma tina no porão da casa onde moravam – que ela rememorou, conjugando-os de forma a dar sentido ao crime que cometera. No entanto, ao narrar acontecimentos de sua vida, especialmente a partir do momento de seu casamento, fragmentariamente, surgiram sinais de sua vida como um todo, fundamentais para compreender a construção do sujeito Pierina. Acontecimentos diversos marcaram o corpo e a mente de Pierina e seu grupo de convívên-

cia (familiares, vizinhos, amigos, marido...), experiências múltiplas transpassaram e penetraram vidas que se cruzaram, construindo os sujeitos sociais. Ao dar uma ordem a tais acontecimentos e experiências, Pierina construiu para sua vida uma versão que correspondia a um “destino de gênero”: para ela, especialmente, ao destino de toda mulher descendente de imigrantes italianos, habitante de uma ex-colônia do interior do Rio Grande do Sul.

Relendo a vida vivida, contou assim sobre sua jornada intensa e estafante de trabalho – “(...) *de dia na rosa de noite, trabalhava de transa para chapeos assim, pasava*. (...)” – como cabia a todos os habitantes da antiga colônia, enfatizando sua adequação ao que se esperava das mulheres na divisão do trabalho. Relatos de imigrantes e seus descendentes indicam que, tradicionalmente, os trabalhos que garantiam a sobrevivência da família eram divididos entre seus integrantes, obedecendo a uma hierarquia de gênero e geração. Cambiam assim aos homens (de uma maneira geral), “(...) os trabalhos tidos como mais pesados e grosseiros: a derrubada das árvores, o corte da madeira, a preparação das tábuas, a construção das casas, o preparo da terra para o cultivo das culturas principais e o cuidado dos animais de grande porte”. Às mulheres cabiam todas as tarefas domésticas – preparo das refeições, lavagem das roupas, limpeza da casa e um sem-número de pequenos nada nunca computados nas estatísticas de trabalho... –, além daquelas atividades consideradas complementares, como o cuidado das hortas e pomares e dos animais de pequeno porte, a ordenha das vacas leiteiras, os trabalhos artesanais, os pequenos consertos de cercas, etc. Entretanto, também freqüentemente ou quase sempre, cabia a elas acompanhar os homens como “auxiliares” em suas tarefas, especialmente na roça.⁷⁴ Na realidade,

na prática do dia-a-dia e de acordo com as necessidades, as mulheres desempenhavam qualquer tipo de tarefa, especialmente quando os homens se ausentavam para trabalhar na construção de estradas, pontes ou de outras obras públicas, com a finalidade de aumentar o ganho da família.⁷⁵

Testemunhos de algumas dezenas de famílias descendentes de imigrantes italianos ainda residentes no interior de Caxias do Sul – uma das colônias fundadas à mesma época da Colônia Conde D’Eu, onde viveu Pierina – indicam o quanto a mulher era responsável pelo provimento da casa e pelo bem-estar da família. Elas

faziam o pão, a massa, os doces e as marmeladas; com o leite faziam o queijo e a “puina” (espécie de coalhada); das partes não aproveitáveis do porco faziam o sabão para o ano inteiro. As roupas da família eram feitas em casa, à noite com o “ciaret” (pequena lanterna a querosene) ou, aos domingos, quando chovia, as mulheres aproveitavam para costurar e remendar.⁷⁶

Quando Pierina, rememora, em uma de suas cartas, que depois de casada costurava e remendava inúmeras vezes a roupa dela e de toda a família, pode-se imaginar quantas noites e domingos terá passado fazendo isso...

Também o artesanato, como atividade feminina que ocupava Pierina e suas contemporâneas nas colônias de imigrantes italianos, era atividade a ser realizada à noite, nos dias de chuva, nos domingos e dias santos, períodos prescritos como de descanso, nos quais os “colonos e colonas” se dedicavam a estreitar os laços de sociabilidade com a vizinhança ou se envolviam em atividades individuais. Assim, durante os chamados “filós” (visitas a parentes ou amigos) ou nas visitas as comadres, as mãos femininas não paravam de funcionar. Quando o grupo familiar e os vizinhos de reuniam à noite para conversar ou cantar, as mulheres da casa e também as visitantes sempre se faziam acompanhar de algum tipo de trabalho manual, como trançar a palha de trigo, bordar, fazer o macramé, debulhar o milho. Como as demais mulheres que habitaram as encostas da Serra Geral gaúcha nos primórdios da colonização, Pierina – ao lado de sua mãe e irmãs – executava todas as atividades, mesmo as tidas como masculinas, da propriedade rural de seu pai, porém este – como seus irmãos – não executava certas tarefas que, “na tradição” ou pelo “senso comum”, eram consideradas femininas e, assim, “inferiores e desprezíveis”. Os testemunhos falam que “aquele que se atrevesse a se ocupar delas era motivo de escárnio, deboche e até de discriminação dos demais”.⁷⁷

Outros episódios narrados nas cartas de Pierina, que referendam a idéia da construção de uma versão da vida vivida que corresponde a um certo “destino de gênero”, são aqueles ligados a sua relação com o pai – de que já falei anteriormente – como a aceitação da “imposição/acordo” de entregar toda a renda gerada por ela e seu marido em suas diversas atividades. Ou mesmo, num período anterior, o próprio acordo que levou a seu casamento com Giacomo. Não posso deixar de imaginar o quanto “o respeito” ao pai, e também à mãe, significava naquele tempo e lugar, especialmente para as mulheres – cujo rompimento com certos preceitos da tradição, como a perda da virgindade ou a gravidez antes do casamento, implicaria sanções fortes demais, como a própria expulsão do grupo familiar.⁷⁸ Nesse sentido, Pierina fez questão de marcar em sua carta o quanto sempre respeitara tais preceitos: “*Eu me casei com esta idade mas não sabia ho que queria dizer marido foi sempre uma moça respeitada de todos e muito católica (...)*”. Saber, de fato, se as lembranças de Pierina, de que ela e Giacomo seguiram os preceitos da tradição sendo fiéis às prescrições sociais e familiares, é tradução literal do vivido ou apenas a memória forjada pelo tempo de tais acontecimentos, é tarefa impossível.⁷⁹ Entretanto, a ênfase em tal fato – o respeito à regra de que toda moça deve casar virgem –, em sua carta aos doutores, refere-se a tentativa de construir uma identidade para si: a de uma mulher que cumpria com os

desígnios de gênero. Parece ser com esse mesmo intuito que Pierina rememorou algumas escolhas relativas ao seu casamento: como a realização de uma cerimônia somente na Igreja ou de uma festa.

Em sua carta aos doutores ela lembrou que, assumido seu casamento com Giacomo, o noivo logo tratara de esclarecer que não tinha recursos para arcar com as despesas do mesmo, dizendo: “*eu não posso fazer nada porque não tenho dinheiro*”. Ao que Pierina respondera: “*para me casar sem fazer um pouco de festa isto não consinto*”. Diante disso os pais da noiva concordaram em fazer uma festa no hotel da cidade no dia do casamento, pagando as despesas. Mas, em contrapartida, devem ter exigido que o noivo Giacomo contribuísse com alguma coisa e, assim, como lembrou Pierina anos depois, “*(...) elle me comprou o vestido e esta aleansa que tenho no dedo (...)*”.⁸⁰

Vários autores enfatizam o significado e a importância dados pelas comunidades de colonos italianos ao enlace matrimonial. Significado esse corporificado nas festas de casamento. Até mesmo “os ministros religiosos tanto acreditavam no valor cristão desses encontros familiares que permitiam o baile de casamento”.⁸¹ Pierina, como as moças e moços do seu tempo – seguindo os preceitos dentro dos quais fora criada e esperando seguir um caminho há muito anunciado e já seguido por gerações de mulheres da sua e de outras famílias –, talvez aguardasse ansiosamente momento tão significativo. Portanto, não era possível admitir que ele passasse em branco, sem comemoração, sem festa... E assim, mesmo contradizendo a tradição de que as festas de casamento deveriam acontecer na casa do noivo – para onde, “após a cerimônia do casamento na sede paroquial, os noivos, padrinhos e familiares” dirigiam-se a cavalo –,⁸² a festa desejada por Pierina ocorreu. Como o noivo não vivia com seus pais – dos quais não se têm notícias pelas lembranças de Pierina –, a festa ocorreu em um hotel da cidade.⁸³ Certamente, também não foi uma grande festa, devido à condição financeira dos noivos.

Mas, enfim, de uma forma ou de outra foi comemorado o casamento, ocorrido no dia 5 de agosto de 1905. Este, entretanto, realizou-se somente na igreja.⁸⁴ O casamento civil, que normalmente ocorria logo após a cerimônia religiosa, não fora realizado, pois os noivos não tinham dinheiro para tanto, rememorou Pierina.⁸⁵ Por essa época, o custo da realização do casamento civil era ainda muito alto e poucos podiam arcar com ele. Por outro lado, o casamento religioso, durante muito tempo o único meio de legitimar a união entre um homem e uma mulher, era ainda uma forma legal de união que dispensava o casamento civil.⁸⁶ Certamente, como afirmou Pierina, o que impediu a realização de uma cerimônia de casamento civil, no seu caso, foi a ausência de recursos; entretanto, não posso deixar de imaginar que, ainda que a “nova instituição” fosse reconhecida pelos noivos, possivelmente eles não se sentiram menos casados diante da impossibilidade do casamento civil. Para

pessoas que, como ela, eram “ *muito católica[s]*”,⁸⁷ mais do que a bênção do Estado, era importante a bênção de Deus, personificado na figura de seu representante terreno, o padre.⁸⁸

Trabalhar duro e continuamente, obedecer e respeitar pais e mães, ser “ *uma moça respeitada de todos e muito católica*”, “ *não saber ho que queria dicer marido*”, casar-se no religioso – pois se a falta de dinheiro obrigava a escolher, toda moça que se “prezasse” casava na igreja e não no civil – fazer “ *um pouco de festa*” como cabia num acontecimento de tal porte e entre famílias de “bem”..., foram elementos acumulados na narrativa de Pierina no sentido de construir uma imagem de si, de dar o sentido desejado à sua vida.⁸⁹

Foi principalmente da vida cotidiana e familiar – lugar do exercício de um conjunto de tarefas específicas, tradicionalmente atribuídas às mulheres e não aos homens – que partiram as lembranças de Pierina. Sua perspectiva está enraizada nesse lugar, sua memória está voltada para a família e seu entorno – ainda que “mulher e família não devam ser vistas como uma unidade natural” –, pois que essa foi historicamente instituída como lugar por excelência das mulheres, constituindo-se como “a principal fonte de identidade social delas”.⁹⁰

A narrativa dos desejos – principalmente ter o que comer e o que vestir – e das desilusões – a “roupa dela e de toda a família rasgada”, a escassez de dinheiro, um marido sempre “bêbado”, um pai que se apropriava de todo o dinheiro da família... – que levaram a um sofrimento atroz, ao crime e a uma “dita” loucura não deixa de compor um cenário no qual a adequação a um destino de “gênero” não deixou de ser frisado, ainda que pela reinvenção. “O processo pelo qual o indivíduo confere um significado à sua história – mediante a seleção e justaposição de eventos, pessoas, emoções e avaliações – envolve um misto de experiência e fabulação”,⁹¹ sem dúvida. Porém, são extremamente violentas as injunções das linguagens prescritivas fornecidas por saberes e poderes diversos que dão acabamento aos discursos dos sujeitos e que fornecem para a sociedade, no caso das mulheres, um complexo de virtudes eficiente, através do qual tanto esta se julga a si mesma quanto é julgada pela própria sociedade. Parece evidente que a “repetição constante do tipo mais adequado de atividades que as mulheres devem exercer acaba por sedimentar nelas uma avaliação de si mesmas a partir de conjuntos prescritivos extremamente rígidos”. E dessa maneira, “o olhar que lançam sobre si, seja no presente, seja para reencontrar imagens pretéritas, apanha a realidade da experiência revestida da interpretação que dela fazem (...)”.⁹²

Entretanto, mesmo com tudo isso, é preciso atentar para a inexistência de uma memória com características especificamente femininas, pois derivada de uma certa natureza e do biológico. Pode-se, isto sim, pensar em alguma especificidade “na medida em que as

práticas sócio-culturais presentes na tripla operação que constitui a memória – acumulação primitiva, rememoração, ordenamento da narrativa – estão imbricadas nas relações masculinas / femininas reais e, como elas, é produto de uma história”.⁹³

Por outro lado, mesmo que a maioria das narrativas do vivido sejam, em geral, defensivas, recorrentes, monocórdias e circulares, criando âncoras identitárias,⁹⁴ há fulgurações de singularidade. Se eu pudesse visualizar a pulsação do corpo, o olhar, os trejeitos, escutar o timbre da voz ao recitar as palavras que iam botando no papel, talvez pudesse melhor perceber fochos de um processo de singularização que se manifesta de forma tênue nas cartas que Pierina escreveu. Ao mesmo tempo em que se qualifica como “ajustada” às expectativas para o feminino, revolta-se contra o que julga não permitir que ela cumpra seu “destino” de gênero: educada, prendada, casou moça, para ser feliz... mas não tem dinheiro nem para comprar vestidos, que estão todos rasgados, o marido vive bêbado, o pai é opressor, a vida foi “escangalhada”... Muito pobre, acha que todos devem morrer; vê-se louca então, mesmo que a família não a veja assim, pelo menos não a princípio; tenta morrer de fome; esvai-se em sangue uma vez; ameaça matar a filha; após uma primeira “sugestão” de interná-la em uma instituição (hospital geral ou hospício), quer ir e não mais voltar; deixa de trabalhar “fazendo trança para chapéus”, em casa, na roça; mata a filha para que não tenha um destino trágico como o seu: a pobreza e a loucura... Linha de fuga mortal, no duplo adequação/inadequação ao gênero. Tortuosidade e riqueza na construção de uma singularidade marcada pela experiência do crime, do enlouquecimento e, por fim, da escritura.

Nesse sentido, cabem com precisão as palavras de Hyppólito de Moura, sobre o que significa “contar”, seja oralmente ou através da escrita, como “contou” sua vida Pierina: “(...) o contar ‘é o último passo de um movimento de colher – reunir – trabalhar – dispor aquilo que se maquina em nós’”.⁹⁵ Mas, não é, de forma alguma, “uma descrição ou arrolamento tosco do que foi o vivido”, pois este, pela urgência habitual com que assalta a todos, “não costuma aventar este trabalho de maturação do sensível. A reelaboração é muitas vezes a possibilidade do vivido escalar as suas aberrações e cadências, descoincidindo com a sua representação *strictu sensu* e revelando a sua real longitude e latitude”.⁹⁶ Assim, o debruçar-se sobre uma escritura como a de Pierina permite compreender, como diz Paul Ricouer, que “a história de uma vida não cessa de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta de si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas”.⁹⁷

De través, pela escrita, Pierina parece ter reinventado a si mesma. A narrativa dos “eventos” de sua vida forneceu a ela uma possibilidade de compreender a si mesma e seus atos, uma vez que totalizou o que foi “vivido de modo pontual, fragmentário”.⁹⁸ Pensando

na perspectiva de Paul Ricouer, talvez também para Pierina, fosse “preciso que a vida [fosse] reunida”, pelo processo de escrever, “para que ela [pudesse] colocar-se na perspectiva da verdadeira vida”. “Se minha vida não pode ser interpretada como totalidade singular, eu não poderia nunca desejar que ela fosse bem-sucedida, completa”, conclui o autor, como se falasse por ela.⁹⁹ “*Mas Deus e messericodioso*” – certamente teria dito a respeito disso Pierina –, fazendo com que ela tivesse a possibilidade de “reunir” os acontecimentos de sua vida – pelo menos a parte que julgava poder emoldurar um auto-retrato digno de representá-la – e que eles fossem conhecidos, senão por toda a gente ao menos pelos “doutos”:

Mas Deus e messericodioso, elle a deter missericordia, de mi, este tudo que passei na minha vida, e o que tenho, depassar, Eu gostaria que estas cartas, fosse, tudo num jornal para tudo o povo, saber, mas, eu não, tenho dinheiro, para mandar no Coreio do Povo, Os Senhores, lhe dou lisensa de ler todos as carta, até, ou governo se quiser, Mas lhe peço por favor de ter um pouco de piedade de mi, eu não mereço, mas enfim, este, crime não foi cometido por gosto foi por vontade de Deus, e para necessidade, eu não tenho duensa ne um grasas a Deus eu, poço trabalhar, dia e noite, eu tenho uma boa memória que desda idade de simco annos, sei lhe contar a minha vida, e tão, bem quando, vejo, fazer um trabalho, um veis sega, noutro dia já sei fazer. Se os senhores me dese um in preguinho aqui, no hospício, de ganhar um 15, mereis, por méis, pra mi se garia, lhe peço pofavor de ter, piedade de mi; Pierina Cechini criminoza apenalizada.¹⁰⁰

Recebido em março/2003; aprovado em abril/2003

Notas

* Este texto reordena algumas discussões, constantes em minha tese de doutoramento, intitulada *Louca pela vida: a história de Pierina*, defendida junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP, em abril de 2002, sob orientação da Prof. Maria Odila Leite da Silva Dias. Uma versão resumida do texto foi apresentada no Encontro Internacional Fazendo Gênero 5 – Florianópolis, SC, em outubro de 2002.

**Professora do CCHS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste.

¹ Os nomes de todas as pessoas diretamente envolvidas na história de Pierina – inclusive o seu próprio – foram trocados por pseudônimos, conforme exigência do Conselho de Ética na Pesquisa do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Preservei, no entanto, os nomes originais de autoridade públicas, médicos, lugares, etc.

² JUÍZO DISTRICTAL DO CÍVEL E DO CRIME DO MUNICÍPIO DE GARIBALDI. Processo-crime n. 1009 – P. C. (APRS – maço 30 – est. 29 – ano 1909).

³ HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Prontuário n. 38120 – P. C. (APRS - Cx. 06). É nomeado como prontuário o conjunto dos documentos referentes aos pacientes internos no Hospício/Hospital São Pedro. Na época em que Pierina esteve internada, o prontuário continha, em geral, uma papeleta com informações médicas sobre o dia-

a-dia do paciente na instituição, atestados médicos justificando o pedido de internação, requerimentos de chefes de polícia ou provedores da Santa Casa ou intendentos municipais enviando pacientes para o hospício. Os prontuários sofreram modificações internas ao longo dos anos, demonstrando as modificações do próprio saber médico, pois constituem um dos instrumentos essenciais à organização da prática médica.

⁴ As cartas de Pierina, escritas no período em que esteve internada no Hospício São Pedro de Porto Alegre – entre 5 de julho de 1909 e 11 de maio de 1911 –, encontram-se anexadas ao seu Prontuário Psiquiátrico, atualmente sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Apenas uma das cartas foi datada, a dirigida a sua “querida Mãe”, em 8 de outubro de 1909. Sem nenhuma datação – apenas algumas pistas que permitem situá-las temporalmente –, Pierina escreveu uma carta endereçada a seu cunhado oficial de justiça, para ser entregue ao Juiz de Garibaldi; um bilhete para a “*Sinhora enfermeira Bernadeta Da Santa Casa Da Seção 15 Porto Alegre*”; e uma carta dirigida aos “*Senhores doutores*”, possivelmente os médicos legistas da Chefatura de Polícia, responsáveis legais por avaliar se ela “sofria das faculdades mentais”. In: HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Prontuário n. 38120..., op. cit.

⁵ “Carta aos doutores”. HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Prontuário n. 38120..., op. cit.

⁶ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, v. 11, n. 21, 1998, p. 11.

⁷ Idem, ibidem, p. 31.

⁸ PELBART, Peter P. Os loucos, trinta anos depois. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências, n. 42, jul. 1995, p. 172.

⁹ Para Michel Foucault, todo documento é um monumento criado pela história. Assim, as cartas de Pierina, enquanto documento/fonte para o historiador, não são, sem dúvida, plenamente memórias. Como diz Jacques Le Goff, “no limite, não existe um documento-verdade (...) porque qualquer documento é, ao mesmo tempo verdadeiro (...) e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem”. Cf. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz F. B. Neves. 3. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987, p. 8; LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et alii. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990, p. 548.

¹⁰ Penso em leitura no sentido construído por Michel de Certeau e compreendido por Chartier e Hébrard da seguinte forma: “Para Michel de Certeau [a leitura] não é uma recepção imposta de um conteúdo objetivo, sujeição ao texto, passividade. Fazendo da leitura uma arte da caça ilegal, ele a designa como uma ação que quase não deixa traços visíveis, nem garantias contra a usura do tempo, mas ação produtora que em cada um de seus encaminhamentos e de fazeres, ao mesmo tempo alteram e conferem existência ao texto: formas singulares de habitar o escrito. A leitura é uma apropriação”. Cf. CHARTIER, Anne-Marie e HÉBRARD, Jean. A invenção do cotidiano: uma leitura, usos. *Projeto História*. São Paulo, Educ, n. 17, p. 32, nov. 1998.

¹¹ ARTIÈRES, P. op. cit., p. 32.

¹² DIAS, Maria O. L. S. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, nº especial, p. 374, 2º sem. 1994.

¹³ BASTOS, Maria H. C. “O diário de Cecília Assis Brasil (1916-1928): práticas de leitura de uma moça gaúcha”. In: MIGNOT, Ana C. V; BASTOS, Maria H. C. e CUNHA, Maria T. S. (orgs.). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis, Mulheres, 2000, p. 156.

¹⁴ Cf. Art. 28. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior. *Regulamento do Hospício São Pedro*. Porto Alegre, 7 de fevereiro de 1903 (AHRs / CL 637).

¹⁵ ENGEL, Magali. *A loucura na cidade do Rio de Janeiro: idéias e vivências (1830 - 1930)*. Campinas, IFCH/Unicamp, 1995 (tese de doutorado em História), pp. 187-188. A tese de Engel foi recentemente lançada, quase na íntegra, na forma do livro: *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001.

¹⁶ SANTOS, A. F. apud ENGEL, op.cit.

¹⁷ CUNHA, Maria C. P. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pp. 100-101.

¹⁸ Idem, ibidem, p. 118.

¹⁹ A expressão “palácio de guardar doidos” é de autoria de José de Alencar em seu livro *Senhora*. Utilizo-a referindo-me ao Hospício São Pedro de Porto Alegre, que foi construído com riqueza arquitetônica – tal qual um palácio – configurando-se à época como um verdadeiro “cartão postal” da capital da então Província. Ver WADI, Yonissa M. *“Palácio para guardar doidos”: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. da Universidade UFRGS, 2002.

²⁰ “Carta ao Juiz de Garibaldi”. HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Prontuário n. 38120..., op. cit.

²¹ Idem, ibidem.

²² “Carta de Pierina à mãe”. HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Prontuário n. 38120..., op. cit.; “Carta aos doutores”..., op. cit.

²³ Atos, sensações, sentimentos mobilizados por Pierina e por ela narrados, que geraram imensa confusão e uma batalha subjetiva intensa no sentido de entendê-los, foram invocados – por ela e por alguns dos outros sujeitos envolvidos nesta trama – com os termos “sofrendo das faculdades mentais”, “alienada”, “demente”, “louca”. Na tentativa de evitar cair no reducionismo fiscalista – “por força da instituição médica e sua inarredável legitimidade” – que cerca estes termos e, considerando o grau de incerteza, as crenças diferenciadas, a multiplicidade de caminhos de cura para o que se passava com Pierina, é que opto por usar os termos *perturbação e sofrimento* ao me referir ao que se passava com ela. Uma discussão mais abrangente sobre tais categorias encontra-se em DUARTE, Luiz F. Dias. “Investigação antropológica sobre doença, sofrimento e perturbação: uma introdução”. In: DUARTE, Luiz F. D.; LEAL, Ondina F. (org.). *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1998, p. 9-27 (grifos meus).

²⁴ RIBEIRO, Cleodes M. P.; TONIAZZO, Maria E. P. “O artesanato feminino na região de colonização italiana no nordeste do Rio Grande do Sul”. In: INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO – ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISAS. *Imigração Italiana: estudos*. Porto Alegre, EST/Caxias do Sul, UCS, 1979, p. 234.

²⁵ COSTA, Rovílio et alii. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre, Escola Superior São Lourenço de Brindes; Sulina, 1975, p. 104.

²⁶ Idem, ibidem, p. 105.

²⁷ Para fins de herança e divisão das terras vigorava, na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul, afirma Santos, o minorinato – “costume em que os irmãos mais velhos, que tendencialmente casam mais cedo, saem da casa paterna assim que um irmão mais novo casa”. Conforme Azevedo, “Como ultimogenitura, é o minorinato um análogo do morgadio, enquanto privilégio sucessório dos varões com a diferença que, ao invés de consagrar a primogenitura ou maiorato, favorece o filho mais jovem ou um dos mais jovens”. Tradicionalmente, o filho mais velho, ao casar-se, ficava residindo com a mulher na casa paterna até casar um filho mais novo. Então, saía da casa paterna e ia morar em outra, construída no mesmo terreno. Nos lugares onde se plantava a uva, logo no início de sua vida de casado, o filho mais velho dividia “a plantação de subsistência, cultivando uma ‘roça’ para si mesmo”. Ficava “alguns anos trabalhando junto com o pai e outros irmãos no mesmo parreiral”. Depois a terra era dividida, fazia-se a “partilha” ou cada filho homem recebia uma parte do pai, quando este ainda vivia. Através desse mecanismo, sempre ficava “com a propriedade original do pai, ou ao menos com a parte dela onde est[ava] localizada a casa, o filho mais novo, aquele que se supõe casou por último”. Cf. SANTOS, José V. T. *Colonos do vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo, Hucitec, 1978, p. 52; AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no RS*. Porto Alegre, A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975, p. 272.

²⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 51. Em qualquer desses casos – mas não sei se desde o início da colonização – deviam, as filhas, assinar um documento pelo qual abdicavam de sua parte da herança. Mesmo quando morria o pai, e a filha solteira continuava na casa da família, ela não recebia nenhuma parte da propriedade, permanecendo como membro da família, junto aos outros irmãos. Ainda segundo Santos, esse padrão se manteria vivo ainda na época em que realizou sua pesquisa em São Pedro – distrito de Caxias do Sul. Quanto às filhas, seria costume também receberem um soma em dinheiro quando migravam para a cidade ainda solteiras.

²⁹ “Carta aos dottores”..., *op. cit.*

³⁰ *Idem*, *ibidem*.

³¹ Segundo Costa: “Há, na tradição italiana, a crença de que o filho que desobedece aos pais em decisões importantes será infeliz. A infelicidade será maior se o filho tiver magoado ou desgraçado fortemente a própria mãe ou se a tiver espancado. É esse o poder sagrado de abençoar e de amaldiçoar de que se julgavam detentores os pais. A esse poder sagrado relacionava-se a veneração pelos antepassados, recordados especialmente na oração e nas missas pelas almas. Suas mensagens e seu modo de pensar passavam de geração a geração. São citadas com a mesma veneração que é citada a Bíblia. Raramente são comentados seus defeitos. Procura-se destacar sua boa vontade, dedicação à família, a recordação dos sofrimentos últimos de sua vida ou a piedade e o conforto religioso em que faleceram”. Cf. COSTA, Rovílio. “Valores da imigração italiana cem anos após”. In: INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO – ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISAS. *Imigração Italiana: estudos*. Porto Alegre, EST/Caxias do Sul, UCS, 1979, p.204.

³² Giacomo, segundo narrou Pierina, era um rapaz “muito pobre”, que não tinha “nem pai nem mãe nem parentes” e “estava em casa dum professor de música que vierão juntos no Brazil”. Giacomo trabalhava quando aparecia algum trabalho, que realizava preferencialmente com seu “cavalo incilhado”, único bem que possuía e garantia sua “sustansa”. Cf. “Carta aos dottores”..., *op. cit.* Existirem condições concretas de sobrevivência para a nova família que se formaria com o casamento era fundamental para que este se realizasse e deveria ser uma preocupação de pais e noivos. Segundo De Boni e Costa: “Há casos de jovens que não se casaram ou o fizeram depois da idade pretendida, por falta de condições para aquisição da terra e construção da casa. Outros casavam e alugavam casa e terra. Este fato, porém, não era bem aceito porque o pensar comum era que “stare afito in colônia no dá mia para viver”, isto é, ficar de aluguel na colônia não permite viver”. Cf. DE BONI, Luis A. e COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, EST/Caxias do Sul, UCS, Correio Riograndense, 1984, p. 156.

³³ “Carta aos dottores”..., *op. cit.*

³⁴ *Idem*, *ibidem*.

³⁵ *Idem*, *ibidem*.

³⁶ *Idem*, *ibidem*.

³⁷ *Idem*, *ibidem*.

³⁸ *Idem*, *ibidem*.

³⁹ “Relatório Médico Legal dos Drs. João Pitta Pinheiro e Antonio Carlos Penafiel, em 10 de maio de 1911 – Gabinete Médico Legal da Chefatura de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul”. JUIZO DISTRICTAL DO CIVEL E DO CRIME DA MUNICIPIO DE GARIBALDI. Processo-crime n. 1009..., *op. cit.*

⁴⁰ *Idem*, *ibidem*.

⁴¹ “Carta de Pierina à mãe”..., *op. cit.*; “Carta aos dottores”..., *op. cit.*

⁴² *Idem*.

⁴³ Ainda que o artigo 288 do Código de Processo Penal do Rio Grande do Sul, promulgado em 1898, indicasse a preferência pelo diretor ou médico assistente de um hospital de alienados na realização de exames periciais,

eram os médicos do Gabinete Médico-Legal da Chefatura de Polícia – desde 1896, no período dessa história que lhes conto, até a fundação do Manicômio Judiciário do Rio Grande do Sul em 1925 –, que procediam a grande parte dos exames dessa natureza. Além dos exames de sanidade mental, proceder a corpos de delito, verificação de óbitos e autópsias cadavéricas eram deveres que cabiam aos médicos da Chefatura de Polícia desde a publicação da lei n. 11, que organizou o serviço policial no estado, criando a própria Chefatura e seu serviço médico-legal. Cf. Lei n. 11 de 4 de janeiro de 1896. Organiza o serviço policial do Estado. *Leis, decretos e atos do governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1896*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d’A Federação, 1926 (APRS).

⁴⁴ Cf. ROLNIK, Suely apud PERELMUTTER, Daisy. *A história oral e a trama sensível da subjetividade*. São Paulo, PEPG, PUC-SP, 1997 (dissertação de mestrado em Psicologia Clínica), p. 60.

⁴⁵ É interessante observar que, a despeito de não existirem “observações” registradas pelo médico do hospício no prontuário de Pierina – o que, necessariamente, não significa que elas não foram feitas –, seu diagnóstico – este sim, registrado – coincidia com o elaborado pelos peritos da Chefatura de Polícia. Isso, de certa forma, demonstra a confluência das idéias vigentes na época sobre personagens como Pierina, situados nas fronteiras da normalidade/anormalidade.

⁴⁶ Relatório Médico Legal dos Drs. João Pitta Pinheiro e Antonio Carlos Penafiel..., op. cit.

⁴⁷ “Atestado médico-legal dos Drs. João Pitta Pinheiro e Antonio Carlos Penafiel, em 5 de julho de 1909 – Gabinete Médico Legal da Chefatura de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul”. JUIZO DISTRICTAL DO CIVEL E DO CRIME DA MUNICIPIO DE GARIBALDI. Processo-crime n. 1009..., op. cit.

⁴⁸ “Relatório médico-legal dos Drs. João Pitta Pinheiro e Antonio Carlos Penafiel ..., op. cit.

⁴⁹ HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim de siècle*. Trad. Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro, Rocco, 1993, pp. 229-230 (grifos meus).

⁵⁰ Idem, ibidem, p. 230.

⁵¹ “Carta ao Juiz de Garibaldi”..., op. cit.

⁵² “Carta aos doctores”..., op. cit.

⁵³ HARRIS, op. cit., p. 236 (grifo meu).

⁵⁴ Segundo Carlo Ginzburg, “a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 27.

⁵⁵ HARRIS, op. cit., pp. 230-231. Análises sobre a “responsabilidade penal” de certos criminosos – como mulheres que cometiam crimes passionais ou os tidos como loucos, por exemplo – encontram-se também em FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Trad. Denise L. de Almeida. Rio de Janeiro, Graal, 1991; ANTUNES, José L. F. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1999; CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura. O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro, Eduerj/São Paulo, Edusp, 1998; DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque*. Trad. Regina G. de Agostino. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991; CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro, Graal, 1983; ROHDEN, Fábíola. *Uma ciência da diferença: sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, UFRJ, 2000 (tese de doutorado em Antropologia Social); ENGEL, op. cit.

⁵⁶ BRASIL. *Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil* (Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890).

⁵⁷ Atestado médico-legal dos Drs. João Pitta Pinheiro e Antonio Carlos Penafiel, em 5 de julho de 1909... JUIZO DISTRICTAL DO CIVEL E DO CRIME DO MUNICÍPIO DE GARIBALDI. Processo-crime n. 1009 – PC..., op. cit.

⁵⁸ BLANCHOT, Maurice apud ALBERTI, Verena. “Um drama em gente: trajetórias e projetos de pessoa e seus heterônimos”. In: SCHMIDT, Benito (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2000, p. 207.

⁵⁹ BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. São Paulo, Perspectiva, 1982, p. 35. A atenção à perspectiva de Pierina como “escrevente” foi-me despertada pelo livro de Marina Maluf e sua análise dos escritos das mulheres da elite cafeeicultora paulista. Ver MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo, Siciliano, 1995.

⁶⁰ “Carta aos dottores”..., op. cit.

⁶¹ BARTHES, op. cit., p. 36.

⁶² MALUF, op. cit., p. 29 (grifos meus).

⁶³ ARRIGUCCI JR., Davi. “Móvil da memória”. In: *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 68.

⁶⁴ MALUF, op. cit., p. 32.

⁶⁵ Idem (grifo meu).

⁶⁶ “Carta aos dottores”..., op. cit.

⁶⁷ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. 4. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 55.

⁶⁸ Idem, ibidem.

⁶⁹ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa, Vegas/Passagens, 1992, p. 97.

⁷⁰ Idem, ibidem, p. 123.

⁷¹ Idem, ibidem, p. 98.

⁷² STAROBINSKI, Jean apud MALUF, op. cit., pp. 29-30.

⁷³ MALUF, op. cit., pp. 83-84.

⁷⁴ MACHADO, Maria C. A. M. *Submissão e poder: mulheres operárias de Caxias do Sul, 1900 – 1950*. Porto Alegre, IFCH/PUCRS, 1993 (dissertação de mestrado em História), pp. 98-101.

⁷⁵ Idem, ibidem, p. 101-102. Segundo dados apresentados por Machado, na pequena propriedade, isso significa que cabia às mulheres (mães, filhas, noras, avós...) a totalidade das atividades domésticas, além de 63% das atividades classificadas como complementares e 47% das atividades principais, entre as quais se encontravam o preparo das lavouras, o plantio e os cuidados com as culturas permanentes e temporárias, além do preparo dos cereais colhidos.

⁷⁶ Relatos colhidos pelo projeto ECIRS /UCS, que entrevistou descendentes de imigrantes italianos na região de Caxias do Sul, apud MACHADO, op. cit., p. 106.

⁷⁷ Idem, ibidem, p. 101. Segundo a autora, essa situação reflete o papel secundário atribuído à mulher na região em estudo, tanto na família como no trabalho. Ocupavam sempre um plano inferior àquele em que estava colocado o homem, condição essa que não se sustenta à luz de uma análise mais apurada dos componentes que integram o cotidiano da mulher.

⁷⁸ Porém, mesmo quando o grupo familiar “aceitava” fatos como esses, as jovens ainda podiam sofrer outro tipo de represálias. Segundo Cleci Favaro, parte do “custo alto” de um rompimento das regras eram as sanções

impostas pela Igreja Católica às jovens grávidas, que eram até mesmo impedidas de casar no religioso. Era um castigo alto, que resultava num profundo medo e angústia, pois não somente a jovem era discriminada, mas também sua família, o que representava dupla humilhação. Cf. FAVARO, Cleci E. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências – Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul – 1875 – 1950*. Porto Alegre, IFCH/PUCRS (tese de doutorado em História), 1994, p. 365.

⁷⁹ Segundo Cleci Favaro, que colheu depoimentos de uma série de mulheres descendentes dos imigrantes italianos que ocuparam a Serra Gaúcha, a distância entre os “guardados” da memória e a realidade do vivido em relação à sexualidade, ao namoro e ao casamento parece ter sido bem maior do que fazem crer os próprios depoimentos. O clamor intenso e freqüente com que os jornais da época (do início do século à década de 1940), falavam da liberdade feminina, cobrando uma maior vigilância dos pais sobre suas filhas, é um indicativo forte de que os contatos interpessoais entre os jovens enamorados não eram tão inocentes e puros quanto alardeiam muitos testemunhos. Da mesma forma, muitos relatos confirmam a quebra das regras rígidas, mesmo que, por vezes, a um custo alto. Todas as depoentes de Favaro, “(...) “ouviram falar” de mulheres que casaram grávidas, freqüentemente em estado avançado de gravidez (fato que ocorria sempre com as outras): “– Teve uma moça, sim, e ela era minha amiga. Ela casô como se fosse sábado que vem e eu casei no outro. Era uma amiga minha e ela casô grávida”. “– Em Montebelo, uma, quando terminou o almoço [do casamento], já ganhou o nenê, em 1918”. “– Aconteceu com uma tia minha, irmã da mãe; ela tinha 18 anos e ela namorou e teve relação com o namorado. Até morrer, ela jurou que não sabia que “cruzava” assim com os homens e mulher que ela ia ficar grávida (...)”. Idem, *ibidem*, p. 364.

⁸⁰ “Carta aos dottores...”, *op. cit.*

⁸¹ DE BONI e COSTA, *op. cit.*, p. 158.

⁸² COSTA, *Imigração italiana no Rio Grande do Sul...*, p. 47.

⁸³ Na época em que Pierina e Giacomo se casaram, havia pelo menos dois hotéis na cidade: o Hotel Casacurta e o Hotel Faraon. Segundo Clemente e Ungaretti, o Hotel Faraon foi inclusive aumentado em 1900, “pois a procura era grande e, no salão de refeições, eram realizadas festas”. Cf. CLEMENTE, Elvo e UNGARETTI, Maura. *História de Garibaldi*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1993, p. 69.

⁸⁴ PARÓQUIA SÃO PEDRO. Registro de Casamento de J. P. com P. C. Livro 02 de Casamentos, 1905-1909. Garibaldi, pp. 74v e 75.

⁸⁵ “Carta aos dottores...”, *op. cit.*

⁸⁶ O casamento civil foi instituído em 1891, permanecendo válida e aceita – como registro civil – a certidão de casamento religioso até a instituição do Código Civil de 1916. Cf. BRASIL. *Código Civil da República dos Estados Unidos do Brasil* (Decreto n. 3071 de 1º de janeiro de 1916).

⁸⁷ “Carta aos dottores...”, *op. cit.*

⁸⁸ O contrário parece ser problemático, ou seja, casar-se só no civil. Depoentes de Favaro (*op. cit.*, p. 365) afirmam que mulheres que não eram mais virgens ou que estavam grávidas não casavam na Igreja: “Casava no civil, mas ela nunca se considerava verdadeiramente casada”.

⁸⁹ ARTIÈRES, *op. cit.*, p. 11.

⁹⁰ MALUF, *op. cit.*, pp. 83-84.

⁹¹ RABELO, Míriam C. M. e ALVES, Paulo C. B. Tecendo *self* e emoção nas narrativas de nervoso. In: RABELO, Miriam C. M.; Alves, PAULO C. B. e SOUZA, Iara M. (org.) *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1999, p. 192.

⁹² MALUF, *op. cit.*, p. 87.

- ⁹³ PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9., n. 18, ago./set. 89, p. 18.
- ⁹⁴ PERELMUTTER, op. cit., p. 95.
- ⁹⁵ MOURA, Arthur Hyppólito de. Uma terceira margem. *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo, Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, v. 1, n. 1, mar./ago. 1993, p. 59.
- ⁹⁶ PERELMUTTER, op. cit., p. 72 (grifo da autora).
- ⁹⁷ RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa* – Tomo III. Trad. Roberto L. Ferreira. Campinas, Papirus, 1997, p. 425.
- ⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 191.
- ⁹⁹ RICOUER, Paul. *O si mesmo como um outro*. Campinas, Papirus, 1991, p. 190.
- ¹⁰⁰ “Carta aos doctores...”, op. cit.